

## **Interseccionalidade Entre Gestão Social e Economia Solidária**

**GILCIMAR FERREIRA DE CARVALHO CAETANO**

*Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO/AFYA*  
*gilcimardecarvalho@gmail.com*

**SERGIO EDUARDO DE PINHO VELHO WANDERLEY**

*Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO/AFYA*  
*Sergio.wanderley@unigranrio.edu.br*

### **Resumo**

Neste ensaio teórico propomos apresentar a Gestão Social e Economia Solidária no sentido de conceituá-las e apresentar a interseccionalidade entre elas. Neste sentido, são apresentadas concepções de ambas para, ao final, realizar a intersecção entre os conceitos. Por um lado, a Gestão Social tem despertado a atenção da academia e vem sendo considerada na perspectiva da gestão no Brasil. Considerada como um processo de gerenciamento dialógico, ausente de coerção, tendo se apoiada em decisões tomadas coletivamente, alinhadas aos princípios de uma cidadania que delibera e visa, em última instância, à emancipação, por outro a Economia Solidária se apresenta como alternativa de trabalho coletivo e geração de renda, como uma alternativa de produção e distribuição, periodicamente reinventada por aqueles que estão à margem (ou em risco de estar) do mercado de trabalho tradicional e que busca alcançar ganhos econômicos e benefícios, como melhoria na qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. Como principais resultados, estão elencadas na conclusão as principais características tanto da Gestão Social quanto da Economia Solidária, baseadas nas seguintes dimensões: Forma, Objetivos e Participantes. A partir delas pode-se perceber que há, em boa medida, similaridades entre as características pertinentes a Gestão Social e Economia Solidária. Na dimensão “Objetivo” ambas promovem a inclusão, a emancipação e a participação dos sujeitos. Em relação a dimensão “Forma” observamos um processo democrático. Já na dimensão “Participantes” temos o envolvimento tanto da sociedade civil quanto o Estado.

**Palavras-chave:** Gestão social; Economia solidária; Economia social.

### **1. Introdução**

O conceito de Gestão Social tem recebido considerável atenção acadêmica e, em alguns aspectos, tem sido aplicado na prática na esfera da gestão no Brasil (Aguar-Barbosa; Chim-Miki, 2020), sendo assim, Tenório (1998, 2005) faz uma contribuição afirmando que a Gestão Social é um processo de gerenciamento dialógico que ocorre no âmbito público, caracterizado pela ausência de coerção e por decisões tomadas coletivamente, alinhadas aos princípios de uma cidadania que delibera e visa, em última instância, à emancipação.

Portanto, entende-se a Gestão Social como uma prática que promove a articulação de diversos atores sociais em prol de metas compartilhadas, com o objetivo de promover mudanças sociais. No contexto brasileiro, a Gestão Social tem o potencial de fomentar políticas públicas mais democráticas e inclusivas, engajando a sociedade civil no processo decisório e na execução de iniciativas (Tenório, 2012).

Realização

Além disso, Tenório e Araújo (2020) afirmam que o conceito de Gestão Social está presente na discussão acadêmica brasileira, embora sua compreensão não seja consensual e, de forma paradoxal, seja amplamente desconhecido por grande parte da própria academia e no cenário internacional. Existe até quem o confunda com práticas de assistencialismo. Na visão desses autores, o conceito de Gestão Social é apresentado em oposição ao de gestão estratégica, que é predominante e focada em lucro, eficiência e produtividade.

Carmo, Pereira e Rezende (2022) contrastam a Gestão Social com a gestão estratégica, apontando que a última, focada em interesses privados, tende a ser excludente e não promove equidade ou democracia. Defendem que a Gestão Social, através de metodologias participativas e dialógicas, incentiva a tomada de decisão coletiva e pode levar a uma sociedade mais justa. No entanto, não é do nosso interesse, neste artigo, discorrer acerca da gestão estratégica, embora o termo apareça em alguns momentos no decorrer deste, apenas no sentido de estabelecer a diferença para a Gestão Social.

Na esteira da Gestão Social e decorrente da crise estrutural do capitalismo e as transformações de ordem social, econômica e política ocorridas a partir do início dos anos 70 do século passado, principia-se no Brasil a Economia Solidária que se apresenta como alternativa de trabalho coletivo e geração de renda (Mészáros, 2010).

Analisando o panorama socioeconômico do Brasil revela que, com o início da década de 1980, começou um período de reestruturação produtiva, que se intensificou nos anos 90, provocando alterações profundas no cenário laboral. Esse processo trouxe consigo uma maior financeirização da economia, a flexibilização das práticas laborais e a incorporação de inovações tecnológicas, resultando no aumento progressivo do desemprego. Em resposta a essa situação, começou a haver uma crescente mobilização em torno de projetos de organizações baseadas na solidariedade.

Com essa mudança de cenário, novas formas de relações econômicas e laborais emergem no Brasil. A Economia Solidária ressurgiu como uma alternativa de produção e distribuição, periodicamente reinventada por aqueles que estão à margem (ou em risco de estar) do mercado de trabalho tradicional (Singer, 2003). A concretização da Economia Solidária ocorre através de empresas reestruturadas sob autogestão por trabalhadores, bem como cooperativas e associações, coletivamente conhecidas como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Neste contexto, reaparece um movimento que busca discutir e reavaliar as transformações no âmbito laboral, as quais têm impactado negativamente os níveis de emprego, exacerbadas pelo encerramento de atividades empresariais. Paralelamente, observa-se um esforço para reacender o espírito de solidariedade coletiva como um fator de união social, por meio de uma gama de ações destinadas a preservar ou estabelecer vagas de emprego através de empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores (Lechat, 2002).

Este fenômeno contou com o respaldo dos sindicatos e propiciou a criação de entidades coletivas autogeridas formadas por trabalhadores sem emprego (Lechat, 2002). Assim, o cooperativismo ganhou novo fôlego, renomeado como Economia Solidária, Economia Social e até mesmo Inovação Social, estes dois últimos termos são mais utilizados no norte global, todas focadas no objetivo principal de reintegrar os desempregados, porém sob uma estrutura organizacional distinta do padrão empresarial tradicional. Diante desta indefinição, neste artigo faremos uso do termo Economia Solidária.

Realização

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em três seções, além desta introdução. Na seção 2 é debatida a constituição do conceito de Gestão Social, a partir da perspectiva brasileira. Na sequência, na seção 3, é discutido o conceito de Economia Solidária, particularmente no contexto brasileiro e por fim, na seção 4 apresentamos as considerações finais discutindo as similaridades entre os conceitos de Gestão Social e Economia Solidária.

## 2. A gestão social como paliativo no atendimento das necessidades sociais

A perspectiva neoliberal que marcou as décadas de 90 e seguintes deu origem ao modelo de Estado mínimo regulador. Isso resultou na resolução das demandas sociais principalmente pelo mercado, enquanto o Estado concentrou seus esforços em atender apenas os grupos menos privilegiados da sociedade. (Paula, 2007; Tenório, 2008; Pinho, 2010). Neste cenário, o tradicional modelo de gestão, focado no mercado e no lucro, já não supre as urgentes demandas sociais, resultando em lacunas na sociedade. Essas lacunas estão sendo preenchidas por iniciativas dos próprios cidadãos, emergindo assim um novo modelo de gestão com enfoque “no processo de desenvolvimento na proteção da vida, na preservação do meio ambiente, no atendimento das necessidades, e no desenvolvimento das potencialidades humanas” (Carrion & Calou, 2008, p. 17).

A abordagem tradicional da gestão, conforme estabelecida pelas disciplinas administrativas, geralmente promove o conceito de uma administração focada unicamente no lucro de empresas ou organizações. Nesse modelo, o processo de tomada de decisão segue uma estrutura hierárquica vertical rígida, com os decisores posicionados no ápice, muitas vezes afastados das realidades operacionais do dia a dia.

França Filho (2008) aponta que a literatura clássica de administração define gestão conforme os princípios de H. Fayol, que a condensa em quatro processos fundamentais: planejamento, organização, direção e controle. Contudo, o autor destaca que na gestão contemporânea, as alterações ocorrem mais frequentemente nos métodos gerenciais do que na definição conceitual de gestão em si.

Assim, pode-se enquadrar toda forma de gestão no âmbito da Gestão Social, considerando-a como o processo de alcançar objetivos através do trabalho com pessoas, ou seja, em interação com a sociedade. Conforme o debate proposto por França Filho (2008), é necessário analisar o conceito de Gestão Social em dois aspectos distintos: as questões da sociedade (nível societário) e as características específicas da gestão (nível organizacional).

Analisando sob a perspectiva dos desafios sociais, percebe-se o papel predominante do Estado na administração das demandas sociais. França Filho (2008) sugere que isso pode levar a uma sobreposição entre os problemas da sociedade e a noção de gestão pública, já que historicamente o Estado tem sido o responsável por atender essas demandas através de políticas públicas. No entanto, a Gestão Social defende que a sociedade pode, por si só, administrar essas necessidades sociais. Isso seria possível através de uma variedade de formas e mecanismos de auto-organização da sociedade, particularmente por meio de associações.

Conforme França Filho (2008), a Gestão Social pode ser vista como uma orientação estratégica para ações organizacionais. O foco seria compreender o propósito da organização para então estabelecer o alcance da gestão. Assim, essa abordagem de gestão se relaciona com um modelo organizacional que se baseia na racionalidade e na criação de um ideal que guia as

Realização

lógicas instrumentais, sociais, políticas ou ecológicas, com o intuito de cumprir os objetivos da organização dentro dos limites de sua administração.

Tenório (2020) argumenta que a gestão predominante nas organizações atuais não consegue satisfazer as necessidades sociais devido ao seu caráter excludente e à prioridade dada à eficiência de mercado sem consideração social. As práticas gerenciais estão focadas em interesses estratégicos que beneficiam sistemas e grupos específicos, perpetuando o status quo e a busca por lucro em detrimento da equidade. Essa gestão estratégica está intrinsecamente ligada ao mercado, mantendo estruturas hierárquicas e impedindo a emancipação individual.

Além disso, acredita-se que a Gestão Social se manifesta de duas formas: primeiro, como a resolução de demandas não atendidas pelo Estado ou pelo mercado; segundo, como uma modalidade específica de gestão orientada para a ação organizacional. No entanto, do ponto de vista de sua racionalidade, ela subordina a lógica instrumental a uma lógica substantiva, mais social, ambiental, política e cultural (Schommer & França Filho, 2008).

Inicialmente, o conceito de Gestão Social pode parecer apenas um sinônimo de assistencialismo, administração de políticas públicas ou gestão no terceiro setor. Contudo, ele é mais abrangente e focado em metas coletivas que englobam um processo comunicativo democrático. A Gestão Social sugere uma administração colaborativa nos processos produtivos de bens e serviços, promovendo a participação ativa para alcançar uma organização política mais eficaz da sociedade (Tenório, 2020).

Tenório (2005) destaca que a Gestão Social é movida pela solidariedade, visando um processo gerencial que promove a inclusão e busca o consenso, com a solidariedade como princípio norteador, assim, a Gestão Social valoriza o diálogo e a colaboração coletiva.

Aguiar-Barbosa e Chim-Miki (2020) destacam que uma das conceituações iniciais de Gestão Social foi fundamentada na ideia de Tenório (1998), que enfatiza a importância do envolvimento do público no processo decisório, objetivando a emancipação social.

[...] Tenório (1998, 2006) considera que a Gestão Social consiste em um processo gerencial dialógico, que acontece na esfera pública e é livre de coerção, em que a tomada de decisão é feita de forma coletiva, seguindo os princípios de cidadania deliberativa e tendo como fim último a emancipação. (Aguiar-Barbosa & Chim-Miki, 2020, p. 3).

Portanto, a Gestão Social está intrinsecamente associada ao diálogo, visando primordialmente criar um mecanismo decisório coletivo, no qual todos os envolvidos em uma iniciativa possam contribuir e que esteja desvinculado dos princípios mercadológicos.

Conforme Tenório (1998), a epistemologia em questão é mais dedicada aos elementos relacionados com interações intersubjetivas do que às individuais. Com isso, é possível concluir que os procedimentos abrangidos pela Gestão Social devem ser orientados para uma lógica de comunicação efetiva. Dessa maneira, quando os indivíduos apresentam suas ideias, eles não devem tentar impor seus objetivos sem antes alcançar um consenso baseado no diálogo e na argumentação coletiva. Esse processo de integração social é essencial para a coordenação de planos e metas definidos coletivamente.

Aguiar-Barbosa e Chim-Miki (2020) argumentam que essa abordagem de gestão preza por estruturas que são descentralizadas e que incentivam a participação. Ela se distingue da

Realização

gestão estratégica ao buscar a substituição do modelo tecnoburocrático e unidirecional por uma administração que favorece a participação ativa e o diálogo, onde a tomada de decisões é realizada através da colaboração de diversos atores sociais.

Aguiar-Barbosa e Chim-Miki (2020) notam que as pesquisas sociais contemporâneas estão se expandindo para incluir elementos dos estudos sobre territórios da cidadania, relações inter-organizacionais e gestão pública. Esse movimento visa conectar a teoria da Gestão Social com a aplicação prática nas comunidades, evidenciando que, além de ser um conceito teórico, a Gestão Social tem utilidade prática em uma variedade de contextos sociais.

França Filho (2008) ressalta que, embora a Gestão Social enfatize o aspecto social e a participação coletiva, isso não significa a rejeição total dos saberes científicos e técnicos já estabelecidos na área de gestão. Mesmo que esses conhecimentos tendam a ter uma orientação gerencialista e corporativa, a Gestão Social propõe uma análise crítica, adotando apenas aquilo que se mostra necessário e benéfico, mantendo assim o reconhecimento de sua singularidade e racionalidade específicas.

Dessa forma, a teoria crítica tem um papel significativo na influência da Gestão Social, conforme apontado por Tenório (1998), que considera a sociedade como foco central de análise. Sob essa perspectiva, o coletivo, ou seja, a sociedade, é mais relevante do que o individual, enfatizando a supremacia dos interesses coletivos em detrimento dos pessoais. Embora possa parecer idealista, essa abordagem de gestão busca fomentar a participação pública no processo decisório, com o objetivo de promover a emancipação social.

Cançado et al., (2011) observaram que, naquele momento, a Gestão Social no Brasil estava em um processo de desenvolvimento e busca por afirmação como prática. As investigações indicam que o tema ganhou destaque tanto no ambiente acadêmico quanto na mídia, com uma forte ligação com a administração de políticas sociais. Esse panorama parece persistir, já que continuam os esforços para definir claramente o que constitui, ou não, a Gestão Social, conforme indicam os estudos mais recentes de Tenório (2020), Tenório e Parra (2022), e Tenório e Teixeira (2021).

O conceito de Gestão Social tem enfrentado diversas críticas ao longo dos anos, como as mencionadas por Pinho e Santos (2015). As principais críticas são: (1) a dificuldade dos próprios pesquisadores em identificar os fundamentos teóricos que sustentam o conceito de Gestão Social, considerando sua evolução e aplicação prática; e (2) a premissa de que a Gestão Social pressupõe uma sociedade com um nível avançado de maturidade democrática, uma condição que não se alinha com a realidade do desenvolvimento histórico do Brasil atual.

O Programa de Estudos em Gestão Social da Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (PEGS/Ebape/FGV) foi pioneiro na abordagem dessa temática. Desde sua fundação, o professor Tenório coordenou esse programa. Posteriormente, surgiram novos centros de estudo em Gestão Social em algumas das principais Escolas de Administração do país. Destacamos o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (Ciags/Ufba), o Núcleo de Estudos de Administração do Terceiro Setor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neats/PUC-SP), o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos sobre o Terceiro Setor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Nipets/Ufrgs) e o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor da Universidade de São Paulo (Ceats/USP). Em um terceiro momento, o estudo e a pesquisa em Gestão Social se expandiram para outras regiões, muitas vezes por meio de ex-

Realização

alunos desses programas. Destacamos também o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri (LIEGS/UFC-Cariri), o Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (Neapegs) da Universidade Federal de Lavras e o Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins (NESol/UFT). Além disso, existem outros grupos organizados em diferentes partes do país, como na Universidade Federal de Viçosa (UFV), na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (Cançado et al., 2011; Cançado, 2011).

É importante destacar que Fernando Tenório, o formulador do conceito, dedicou-se em um artigo de 2021 a examinar a viabilidade do conceito e da prática da Gestão Social em um contexto em que a democracia apresenta sinais de retrocesso — especialmente após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a subsequente ascensão da extrema-direita ao poder (Tenório & Teixeira, 2021).

Ainda nesse sentido, concluem Tenório e Teixeira (2021, p.12)

Analisando o contexto brasileiro após o ano de 2016 com o conceito de Gestão Social, fica latente o distanciamento entre o conceito e os rumos assumidos pela gestão pública brasileira em âmbito nacional. Assim, a possibilidade de que no Brasil contemporâneo sejam possíveis práticas de uma gestão articulada entre os seus concernidos, entre os seus interessados, que as coisas possam ser processadas segundo os preceitos constitucionais de 1988, poderia ser uma ingênua e descontextualizada arrogância acadêmica, ou apenas uma utopia.

Ademais, França Filho (2008) adverte que a Gestão Social “[...] parece constituir nos últimos anos um daqueles termos que tem conquistado uma visibilidade cada vez maior, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto, sobretudo, em termos midiáticos”. Essa situação acarreta alguns problemas, conforme apontado pelo autor, sendo um deles a sua banalização, pois “[...] tudo que não é gestão tradicional passa então a ser visto como Gestão Social” (França Filho, 2008, p. 26).

Diante do exposto até aqui, podemos perceber que a Gestão Social ainda caminha com passos lentos no sentido de se consolidar como prática de gestão mais humanizada e solidária, voltada a encontrar soluções para os problemas, de longa data, enfrentados pela sociedade. Assim sendo, tratamos a seguir da Economia Solidária, que se ramifica da Gestão Social e se apresenta como alternativa na construção de novas formas de geração de renda a partir de labor colaborativo, coletivo, participativo e emancipatório para o cidadão.

### **3. A economia solidária como possibilidade de geração de renda**

Ao iniciarmos a discussão acerca da Economia Solidária, cabe contextualizar, como dissemos anteriormente que este é um termo que se confunde com outras terminologias como, empreendedorismo social, economia social e inovação social, sendo assim, não existe concordância sobre sua abrangência (Jessop et al., 2013), porém abordaremos o conceito de Economia Solidária a partir da perspectiva de autores que se debruçaram sobre esta terminologia.

Realização

Revisitando a discussão sobre a crise estrutural do capitalismo e as consequentes mudanças sociais, econômicas e políticas, como mencionado antes, notamos o aparecimento de opções alternativas de trabalho coletivo que visam à criação de emprego e renda. Entre essas opções, a Economia Solidária se sobressai como uma alternativa viável, enquanto elemento aglutinador de todo um campo de práticas associativas de trabalho coletivo e a “autogestão” e de orientação para projetos locais de desenvolvimento. As ações que apresentam essas características foram coletivamente chamadas pelos participantes desse debate de “empreendimentos econômicos solidários”.

A Economia Solidária abrange um conjunto de iniciativas que surgem da livre e democrática associação entre trabalhadores. Seu objetivo é alcançar ganhos econômicos e benefícios, como melhoria na qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. Essa abordagem é considerada um marco nas relações socioeconômicas das comunidades locais, regionais e em redes, expandindo-se por diferentes espaços geográficos. Em resumo, a Economia Solidária é uma atividade que busca projeção e reconhecimento no âmbito público, além de representar uma reivindicação e uma forma de institucionalização das classes mais vulneráveis. Ela se configura como um movimento social ativo no cenário político da América Latina (Gaiger, 2004, 2009; Singer & Souza, 2000).

Olhando sob diferentes perspectivas de análise, o movimento social da Economia Solidária, embora enraizado na tradicional luta decorrente da divisão de classes sociais, se diferencia da luta operária por direitos no âmbito das relações entre capital e trabalho. Além disso, a Economia Solidária, preocupada com a articulação entre as dimensões econômica, política e social, propõe uma luta adicional: a busca pelo trabalho autogestionário e emancipado, inserindo-se no contexto dos novos movimentos sociais (Gohn, 2011).

No geral, a Economia Solidária não se limita apenas aos pobres e excluídos; ela traz avanços em várias áreas e contextos, envolvendo de maneira responsável amplos segmentos da sociedade. Essa nova abordagem econômica busca socialmente recuperar o que o progresso tecnológico trouxe e, ao mesmo tempo, excluiu em determinadas situações (Cattani, 2003).

Por outro lado, durante o período de emergência e fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil nos anos 1990, a Economia Solidária acrescentou uma dimensão produtiva à luta social. Isso ocorreu porque a condição de pobreza enfrentada por parcelas significativas da população tornou a subsistência parte integrante das práticas emancipatórias e dos processos educativos das classes populares.

Santos (2018), cita que Paul Singer, afirma que a Economia Solidária tem sua origem na Inglaterra do século XIX, como resultante de uma crise social e econômica e ganhou evidência no Brasil pelos mesmos motivos.

Sendo assim, Singer (2002) anuncia que a Economia Solidária deve ser compreendida como opção diante das mudanças no processo de trabalho, estando os trabalhadores que não tinham acesso aos meios de produção enfrentam desafios em um novo modo de organizar a produção,

[...] cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade

Realização

econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (Singer, 2002, p. 10).

A ideia central da Economia Solidária é enfrentar o desemprego e sugerir novos modelos de organização produtiva, onde a lógica fundamental se contrapõe à do mercado capitalista, priorizando a prática da solidariedade em vez da competição (Singer, 1999). Portanto, a Economia Solidária envolve diversas práticas sociais. Essas práticas têm em comum a organização coletiva de trabalhadores para criar empreendimentos econômicos e projetos de desenvolvimento local. O objetivo principal é gerar trabalho e renda para os participantes.

Nesse sentido, e de acordo com Gaiger (2013), a Economia Solidária se expressa por meio do engajamento ativo dos seus membros, na partilha dos recursos produzidos e na aplicação dos princípios de igualdade e imparcialidade. Para contextualizar o termo, Borinelli et al., (2010) o definem como um sistema socioeconômico aberto, construído com base na cooperação e solidariedade para atender às necessidades materiais e de convivência. Esse sistema é impulsionado por movimentos democráticos, participativos e de autogestão, com foco em aspectos individuais, comunitários, sociais e ambientais. Além disso, busca gerar benefícios por meio de relações de reciprocidade, em contraposição à competição e ao individualismo.

Icaza e Tiriba (2003) defendem que a Economia Solidária é um agrupamento de práticas econômicas e sociais realizadas por grupos populares que visa assegurar, por meio do emprego de seu trabalho e recursos acessíveis, o atendimento de necessidades fundamentais, abrangendo aspectos tanto materiais quanto imateriais. Afora isso, cabe ressaltar que Aleixo (2015) infere que a Economia Solidária se relaciona com a economia social, uma vez que, ela se propõe a evitar uma separação entre as três dimensões, o econômico, o social e o político que se articulam essencialmente com a Economia Solidária.

De acordo com Eid e Pimentel (2001), os empreendimentos de Economia Solidária são considerados como:

a cooperação e a eficiência no trabalho se desenvolvem nos EES onde exista similitude de interesses e motivações dos membros; utilização de maior capacidade de trabalho conjunto, através de acordo no coletivo; busca pela ampliação do conhecimento técnico e profissional apropriado pelo coletivo e incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo (Eid & Pimentel, 2001, p. 5).

Além disso, conforme mencionado por Vazzoler (2004), o modelo de Economia Solidária é definido por atributos como: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossuficiência, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Ela também reconhece que as práticas de Economia Solidária atualmente transcendem a percepção de serem meramente assistencialistas, subsidiárias e fragmentadoras.

Além da ampla articulação de organizações da sociedade civil, a Economia Solidária tornou-se um ponto central nas políticas governamentais em estados e municípios. Essas políticas foram em grande parte incorporadas ao programa do Partido dos Trabalhadores e

Realização

implementadas logo no início do primeiro governo do presidente Lula, em 2002 (Dubeux, 2011).

Para se adequar à realidade do Brasil, em 2003, instituiu-se a SENAES, que naquele momento estava associada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Sua missão era fomentar a prática da Economia Solidária e monitorar seu progresso (Faria, 2009). A política pública relacionada à Economia Solidária buscou estabelecer uma estrutura democrática semelhante àquela das políticas universais. Representantes do movimento de Economia Solidária desempenharam papéis decisórios por meio de espaços participativos que abrangiam desde os níveis municipais até o âmbito federal. Esse arranjo institucional resultou em avanços significativos, tanto em termos econômicos (alocação de recursos) quanto políticos (participação cidadã e disputa, em certa medida, por projetos de desenvolvimento dentro do governo).

No entendimento da SENAES (extinta em 2018 e recriada em 2023), a Economia Solidária é:

um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na Economia Solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados.

São milhares de iniciativas econômicas, no campo e na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras.

Alguns princípios são muito importantes para a Economia Solidária. São eles:

1. **Cooperação:** ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;
2. **Autogestão:** as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;
3. **Ação Econômica:** sem abrir mão dos outros princípios, a Economia Solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;
4. **Solidariedade:** a preocupação com o outro está presente de várias formas na Economia Solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um

Realização

meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015).

Por meio da Economia Solidária, observam-se abordagens distintas que buscam interromper o ciclo de aumento da pobreza e da exclusão social, ocasionado pelos programas liberais globalizados.

A abordagem da Economia Solidária visa à emancipação das pessoas, seu bem-estar na produção e na expressão artística, bem como à inclusão social por meio do trabalho local. Segundo Singer (2002), a Economia Solidária é uma corrente sustentável e social que se concentra na produtividade coletiva e na distribuição justa e cooperativa. Ela surge como uma resposta organizada à exclusão promovida pelo mercado, especialmente por parte daqueles que não desejam uma sociedade baseada apenas na competição (Andrade et al., 2013).

Assim, por meio da solidariedade, surgem maneiras de produzir, trocar e estabelecer espaços inclusivos. Apesar de existirem diversas iniciativas de Economia Solidária no Brasil, é crucial ressaltar a resistência em manter essa abordagem ativa. Isso se torna ainda mais relevante diante das constantes tentativas de desmantelamento e dos retrocessos enfrentados no país no âmbito da Economia Solidária. Portanto, para que esses projetos se consolidem efetivamente, é fundamental contar com políticas públicas e a participação ativa da sociedade (Chiariello, 2021). Esta afirmação de desmantelamento e retrocessos é corroborada pela extinção da Senaes em 2018 como resultado da ascensão no país de um governo de extrema direita, avesso a experiências que se contrapõe ao capitalismo hegemônico. Entretanto, posteriormente em 2023, a partir de um governo com viés socialista, a Senaes foi recriada.

Assim, a Economia Solidária no Brasil foi se desenvolvendo de maneira multifacetada. Ela engloba não apenas um conjunto de organizações econômicas baseadas em princípios de cooperação e autogestão, mas também se configura como um movimento social comprometido com a transformação da sociedade. Além disso, a Economia Solidária é uma esfera de atuação do Estado, por meio de políticas públicas em diferentes níveis e escalas. Como resultado, hoje ela é composta por uma diversidade de atores interligados: trabalhadores, militantes de partidos políticos e movimentos sociais, líderes comunitários, gestores públicos, ativistas da sociedade civil, universidades, simpatizantes e consumidores, entre outros.

A Economia Solidária, conforme descrita por França Filho (2002) e Laville (2009), é uma combinação de diferentes formas econômicas. Ela resulta da interseção entre economia mercantil, não mercantil e não monetária. Em projetos de Economia Solidária, geralmente encontramos simultaneamente: a venda de produtos ou serviços (aspecto mercantil); subsídios públicos devido ao reconhecimento da utilidade social da organização (aspecto não mercantil); e trabalho voluntário (aspecto não monetário) (França Filho, 2002). De acordo com este autor nela encontramos “uma pluralidade de princípios econômicos, uma vez que os recursos são oriundos do mercado, do Estado e da sociedade” (França Filho, 2002, p. 13).

Portanto, a Economia Solidária representa uma maneira pela qual os indivíduos contestam o sistema. Isso ocorre tanto por meio dos princípios que sustentam os empreendimentos nos quais os trabalhadores estão envolvidos quanto pela compreensão desses mesmos trabalhadores sobre os processos de produção e comercialização existentes. Nesses processos, prevalecem a individualidade, a competitividade e, conseqüentemente, a exclusão social (Goerck & Fraga, 2010). A Economia Solidária abrange um conjunto de atividades

Realização

econômicas, incluindo produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.

Ademais, em virtude da diversidade de metas associadas às entidades colaborativas, abordar a administração na Economia Solidária exige a expansão das facetas analíticas, como ilustrado por Andion (1998, 2005), que se destaca como um dos precursores na definição de parâmetros para a administração nesse setor. O autor identifica quatro eixos fundamentais que definem a gestão na Economia Solidária: social, econômico, ecológico e organizacional-técnico. A dimensão social abrange a interação humana dentro da iniciativa; a econômica diz respeito ao manejo dos ativos financeiros; a ecológica relaciona-se com o trato do meio ambiente, da comunidade e do contexto institucional; e a dimensão organizacional-técnica trata dos procedimentos internos das organizações e seu efeito nos participantes.

É importante enfatizar que a análise do conceito de Economia Solidária, abrange também áreas como a economia social e a autogestão, que têm suas raízes na Europa. Assim, o termo autogestão, tende a estar mais associado a práticas de grupos multifuncionais em corporações privadas e às estratégias do sistema de gestão japonês, do que ao significado original que visa desafiar os métodos tradicionais de gestão do trabalho (Calbino, 2016). Na sequência tecemos nossas considerações finais acerca da abordagem elaborada sobre as características de Gestão Social e Economia Solidária, a partir da visão de autores que se dedicaram a investigar e desenvolver tais conceitos.

#### **4. Considerações finais**

No presente ensaio teórico buscou-se compreender os conceitos de Gestão Social e Economia Solidária, a fim de evidenciar suas conexões. Este trabalho não tem como objetivo indicar qual é melhor para a sociedade, nem criar uma divisão baseada em julgamento de valor entre o que é bom e mau. Partimos do pressuposto de que a Gestão Social é uma abordagem relevante quando se considera a perspectiva da esfera pública e, por consequência, o bem comum. A Economia Solidária transcende as fronteiras entre setores específicos. Ela é vista como um campo plural, com ações desenvolvidas tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil organizada, incluindo o mercado de trocas. No entanto, esse domínio é mais restrito, abrangendo apenas organizações cujos objetivos são econômicos, mas que estão comprometidas com a gestão democrática e possuem um forte apelo político.

A seguir apresentamos um quadro comparativo entre a Gestão Social e a Economia Solidária que enfatiza as principais características de ambas.

Realização

**Quadro Comparativo entre Gestão Social e Economia Solidária**

Grau de Análise	Gestão Social	Economia Solidária
Objetivos	a) o bem-estar se encontra como atividade fim do desenvolvimento; b) societário emancipatório e transformador; c) inclusão, pluralismo, a autonomia, o bem comum e a igualdade participativa dos sujeitos.	a) satisfazer as necessidades humanas; b) modificar as relações sociais; c) promover a inclusão social; empoderar atores antes excluídos da sociedade; d) processo emancipatório, solidário, cooperativo e partilha de rendimentos.
Forma	Processo de gestão originado democraticamente tanto da sociedade civil quanto do Estado.	Processo fundamentado de forma democrática por meio da autogestão.
Participantes	O protagonista, conforme a sociedade civil, mas o Estado também pode ter aspectos de Gestão Social ao articular-se com os diversos atores.	Sociedade Civil: <ul style="list-style-type: none"> <li>• movimentos sociais</li> <li>• organizações não governamentais</li> <li>• empresas sociais</li> </ul> Setor Público: <ul style="list-style-type: none"> <li>• estado</li> <li>• organizações estatais</li> </ul> Setor Privado: <ul style="list-style-type: none"> <li>• empresas</li> <li>• redes de pesquisadores</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Silva e Pacheco (2018)

No quadro apresentado acima, pode-se perceber que há, em boa medida, similaridades entre as características pertinentes a Gestão Social e Economia Solidária. Na dimensão “Objetivo” ambas promovem a inclusão, a emancipação e a participação dos sujeitos. Em relação a dimensão “Forma” observamos um processo democrático. Já na dimensão “Participantes” temos o envolvimento tanto da sociedade civil quanto o Estado.

A Gestão Social é caracterizada como uma abordagem gerencial baseada no diálogo, na qual a autoridade é distribuída entre todos os envolvidos na atividade, assegurando a expressão livre e sem restrições, com o intuito de promover a emancipação dos indivíduos. Contudo, caso o cenário nacional não corresponda integralmente a esses critérios, a Gestão Social pode ser vista mais como um ideal utópico do que como uma metodologia prática.

Em resumo, a Gestão Social tem o potencial de transcender uma perspectiva meramente idealista e aspirar à sua implementação de maneira que esteja alinhada com a realidade do

Realização

Brasil. Levar em conta as características específicas da nação, bem como suas dinâmicas de poder e desigualdades sociais, é crucial para transformar a Gestão Social em um instrumento mais eficaz na promoção da emancipação dos indivíduos.

Em relação a Economia Solidária encontramos na literatura atual, diferentes definições para a Economia Solidária. Embora concordem quanto às condições básicas para caracterizar uma iniciativa ou empreendimento como tal, divergem principalmente em relação à sua capacidade de transformação no cenário macro. Alguns teóricos veem essas iniciativas como respostas pontuais de grupos populares isolados, em situação de exclusão social. Para eles, a Economia Solidária deveria ser adotada como paradigma de política pública no campo das relações de trabalho. Por outro lado, há quem as considere instrumentos concretos para avançar rumo à superação do capitalismo. Também existem críticos que veem esses empreendimentos como iniciativas populares precárias e marginais, enquanto outros argumentam que são meras formas funcionais dentro do sistema capitalista, sem poder real de transformação da sociedade.

De forma geral, a Economia Solidária engloba um conjunto diversificado de atividades organizadas sob diferentes formatos. Essas atividades contribuem para democratizar a economia por meio do envolvimento de grupos de indivíduos. Os princípios subjacentes à Economia Solidária abrangem a busca pela satisfação das necessidades, a promoção da igualdade de oportunidades, a preservação do meio ambiente e a defesa da justiça social, bem como a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

### Referências

- Aguiar-Barbosa, A. de P., & Chim-Miki, A. F. (2020). Evolução do conceito de gestão social (1990-2018): uma análise de copalavras. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(80). doi:10.12660/cgpc.v25n80.80525
- Aleixo, A. S. M. D. F. (2015). Da economia social para a economia solidária. Dissertação de mestrado. Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa. Portugal.
- Andion, C. (1998). Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. *Revista de Administração Pública*, 32(1), p. 7-25. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7680>
- Andion, C. (2005). A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(1), p.79-101. doi:10.1590/S1415-65552005000100005
- Andrade M. C., Burali, M. A. M., VIDA, A., Fransozio, M. B. B., & Santos, R. Z. dos. (2013). Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), p. 174-191. doi:10.1590/S1414-98932013000100014
- Borinelli, B., Santos, L. M. L., & Pitaguari, S. O. (2010). Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina, SC: Ed. UEL.
- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Economia Solidária. Disponível em <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>. Publicado: quarta, 26 de Ago. de 2015, 19h22.
- Calbino, D. (2016). O estado da arte da produção científica em economia solidária. *Administração Pública e Gestão Social*, 8(2), p. 95-103. doi:10.21118/apgs.v1i2.4759
- Cançado, A. C. (2011). Fundamentos teóricos da gestão social. Tese de doutorado – Universidade Federal de Lavras, Lavras, Brasil.

Realização

- Cançado, A. C., Tenório, F. G., & Pereira, J. R. (2011). Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(3), 681-703. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/5215>
- Carmo, D. G., Pereira, J. R., & Rezende, V. A. (2022, setembro) Metodologias participativas: possibilidades para o fortalecimento teórico da Gestão Social. Artigo apresentado no XLVI Encontro da ANPAD. Evento on-line.
- Carrion, R. da S. M., & Calou, Â. (2008). Pensar a gestão Social em terras de ‘padinho cícero’ (Prefácio). In: Silva JR, J. T.; Mâish, R. T.; Cançado, A. C. *Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária.
- Cattani, D. A. (2003). *A outra economia*. Porto alegre, RS: Ed. Veraz.
- Chiariello, C. L. (2021). Trajetória da senaes em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária. *Revista Organizações e Democracia*. 21(2). p. 97-116. doi: 10.36311/1519-0110.2020.v21n2.p97-116
- Dubeux, A., Icaza, A. M. S., Medeiros, A. J. de S., Cunha, G. C., & Souza, P. S. (2011) Estudio de casos brasileños. la dinámica de relaciones entre los foros de economía solidaria y las políticas públicas para la economía solidaria en Brasil. In: Foro Internacional sobre la Economía Social y Solidaria – FIESS, Montréal, Chantier de l'Économie Sociale. p. 39-58.
- Eid, F., & Pimentel, A. E. B. (2001). Economia solidária: desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil. *Travessia Revista do Migrante*. 14(39). p. 15-20. doi:10.48213/travessia.i39.801
- Faria, J. H. D. (2009). *Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo, SP: Ed. Atlas.
- França-Filho, G. C. de. (2008). Definindo gestão social. In.: Silva JR., J. T., & Mâish, R. T. (orgs.) et al. *Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária.
- França-Filho, G. C. de. (2003). *Gestão Social: um conceito em construção*. Anais do Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9, Salvador: Ciags/Ufba. 1 CD ROM.
- França-Filho, G. C. de. (2002). Terceiro setor, economia solidária, economia social e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia análise & dados*, 12(1), p. 9-19. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25741>
- Gaiger, L. I. (2004). A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 47(4), p.799-834. doi: 10.1590/S0011-52582004000400006
- Gaiger, L. I. (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 84, p. 81-99. doi: 10.4000/rccs.401
- Gaiger, L. I. G. (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), p. 212–229. doi: 10.1590/S0102-69092013000200013
- Goerck, C., & Fraga, C. K. (2010). Economia popular solidária no Brasil: um espaço de resistência às manifestações de desigualdade da questão social. *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI*, 6(9), p. 103-111.
- Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), p. 333-361.

Realização

- Icaza, A. M. S., & Tiriba, L. (2003). Economia popular. In: Catanni, A. D. (org.) A outra economia. Porto Alegre, RS: Ed. Veraz.
- Jessop, B., Moulaert, F., Hulgard, L., & Hamdouch A. (2013). Social innovation research: a new stage in innovation analysis?, in: The International Handbook On Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research, 1. ed. United Kingdom: Edward Elgar Publishing, Inc., 1, p. 110-130.
- Laville, J. L. (2009). A Economia Solidária: um movimento internacional. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, p. 7-47. doi: 10.4000/rccs.381
- Lechat, N. M. P. (2002). As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, 2002.
- Paula, A. P. P. de. (2007). Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Revista Administração Contemporânea, 10(2). doi: 10.1590/S1415-6552006000200014
- Pinho, J. A. G. de, & Santos, M. E. P. (2015). Gestão social: uma análise crítica de experiências brasileiras. Revista do Serviço Público, 66(2), p. 257-279. doi:10.21874/rsp.v66i2.1167
- Pinho, J. A. G. de. (2010). Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In Rigo, A. S., Silva Jr, J. T., Schommer, P. C., & Cançado, A. C. (Orgs.). Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda. Recife, PE. Ed. UNIVASF.
- Santos, A. M. dos. (2018). Paul Singer: uma vida por outra economia. In: Paul Singer: democracia, economia e autogestão, Santos, A. M. dos, & Nascimento, C. Marília, SP. Lutas Anticapital. p. 17-82.
- Schommer, P. C., & França-Filho, G. C. (2008) Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: Silva JR, J. T., Mâsih, R. T., Cançado, A. C., & Schommer, P. C. (Orgs.). Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte, CE. p.58-83.
- Silva, K. da V., & Pacheco, A. S. V. (2018). Gestão social e inovação social organizacional: convergências e divergências teóricas. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 12(2). Doi:10.12712/rpca.v12i2.11357
- Singer, P. (1999). Globalização e desemprego. diagnóstico e alternativas. São Paulo, SP: Ed. Contexto.
- Singer, P. (2002). Introdução à economia solidária. São Paulo, SP: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2003). Introdução à economia solidária. São Paulo, SP: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P., & Souza, A. R. (Org.). (2000). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, SP: Ed. Contexto.
- Tenório, F. G., & Araújo, E. T. de. (2020) Mais uma vez o conceito de gestão social. Cadernos EBAPÉ.BR, 18(4), p. 891-905. doi:10.1590/1679-395120200105
- Tenório, F. G. (2005). (Re)Visitando o conceito de gestão social. Desenvolvimento em Questão, 3(5), p. 101-124. doi:10.21527/2237-6453.2005.5.101-124

Realização

- Tenório, F. G., Parra, F. L., & Tenório, G. M. (2022). Tem ancestralidade o conceito de gestão social? *Revista Internacional de Administración* 11, p. 19-44. doi:10.32719/25506641.2022.11.1
- Tenório, F. G., & Teixeira, M. A. C. (2021). O conceito de gestão social e a democracia regressiva no Brasil após 2016. *Administração pública e Gestão Social*, 13(2). doi:10.21118/apgs.v13i2.10767
- Tenório, F. G. (2008). (Re) visitando o conceito de gestão social. In Silva JR., J. T., & Mâsih, R. T. (orgs.) et al. *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária.
- Tenório, F. G. (1998). Gestão Social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, 32(5), p. 7-23. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754>
- Tenório, F. G. (2012). Gestão Social, um conceito não idêntico? ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: Cançado, A. C., Tenório, F. G., & Silva Jr, J. T. (Orgs.). *Gestão social: aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí, RS: Editora Unijuí, p. 23-36.

Realização